

**ESCOLA SESI MILTON SANTOS**

**OS PIVETES COMO (DES)FUTURO DO TRABALHO:  
Juventude Negra e Mercado de Trabalho**

**Camaçari, BA**

**2025**



Paula Anacleto

Orientadora Vanessa Coelho

**OS PIVETES COMO (DES)FUTURO DO TRABALHO:  
Juventude Negra e Mercado de Trabalho**

Relatório apresentado à 9ª FEMIC - Feira  
Mineira de Iniciação Científica.  
Orientação da Prof<sup>a</sup>. Vanessa Coelho

**Camaçari. BA  
2025**



## RESUMO

O presente artigo analisa a marginalização da juventude negra em Camaçari/BA e suas perspectivas pós-ensino médio. A pesquisa é de caráter exploratória com abordagem mista, com ênfase na metodologia qualitativa, com base em questionários estruturados aplicados a jovens de 16 a 20 anos residentes no bairro da Gleba C. Embora delimitada a esse território, a investigação permite reflexões sobre a realidade da juventude negra em contextos periféricos brasileiros. A análise qualitativa dialoga com referenciais críticos (Gonzalez, 2016, 2020; Bourdieu, 1983; Fanon, 1952; Kowarick, 1987; Fernandes, 1965), evidenciando os impactos históricos e contemporâneos da exclusão racial e social. Os resultados mostram que desigualdades estruturais limitam o acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam inclusão, permanência e valorização da juventude negra. A proposta de Projeto de Lei “Os pivetes como futuro do trabalho” surge como estratégia de ampliação de oportunidades por meio de qualificação profissional e preparação para o ENEM. Ao articular dados empíricos e análise crítica, o estudo contribui para compreender o “*(des)futuro*” do trabalho — expressão ressignificada neste projeto de pesquisa para denunciar e transformar estigmas sociais —, revelando como trajetórias e projetos de vida da juventude negra constantemente tensionados entre restrições estruturais e a busca por novas possibilidades de futuro.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Ensino superior; Futuro.



## SUMÁRIO

|                                             |           |
|---------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                         | <b>5</b>  |
| <b>2 JUSTIFICATIVA</b>                      | <b>6</b>  |
| <b>3 OBJETIVO GERAL</b>                     | <b>7</b>  |
| <b>4 METODOLOGIA</b>                        | <b>8</b>  |
| <b>5 RESULTADOS OBTIDOS</b>                 | <b>9</b>  |
| <b>6 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> | <b>10</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                          | <b>11</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar as motivações contemporâneas e históricas dos jovens negros da cidade de Camaçari-BA, especificamente no bairro da Gleba C, considerando sua inserção no mercado de trabalho e no ensino superior, bem como a realidade que enfrentam atualmente nesses contextos. A histórica marginalização da população negra pode ser compreendida pela transição entre duas fases estruturais: 1. O período escravista (caracterizada pelo "escravismo pleno", o auge do sistema de exploração e pelo "escravismo tardio", sua crise terminal) e o 2. capitalismo dependente (MOURA, 1988). Esse processo histórico, que tem sua origem na escravização de povos africanos e culmina em uma abolição sem medidas que garantissem a inserção social dos libertos, constitui o fator primordial para compreender a realidade do indivíduo negro no Brasil e as suas relações sociais – como trabalho e educação – no cenário da sociedade contemporânea.

Existem atualmente no Brasil cerca de 16 milhões de adolescentes e jovens totalmente entregues à própria sorte, sem a menor perspectiva de vida; ou melhor, sua única perspectiva se constitui no banditismo e na morte. Desnecessário dizer que são negros em sua maioria. Conhecidos popularmente como "pivetes (...) Caberia, aqui, a seguinte pergunta: por que, em um país que, na classificação mundial, situa-se em oitavo lugar – do ponto de vista do desenvolvimento econômico – ocorre esse tipo de fenômeno social? (GONZALEZ, 2016).

A reflexão de Gonzalez (2016) revela com clareza a forma como o Estado brasileiro e a sociedade, mesmo diante de avanços econômicos, seguem negligenciando os destinos da juventude negra. A expressão 'pivete' carrega estigmas sociais e desumaniza os jovens negros, ao passo que legitima sua exclusão, bem como os criminaliza. Em um país institucionalmente democrático, o qual, segundo o Artigo 5º da Constituição Federal (1988), todos deveriam usufruir dos mesmos direitos e deveres sem quaisquer distinções, no entanto, a maioria negra permanece sem acesso a condições mínimas de existência digna. O "pivete" se torna símbolo de um fracasso coletivo que é recorrentemente empurrado para o plano marginal da sociedade, ou seja, afastado do que a sociedade tem direito (saúde, educação, trabalhos dignos etc.). Essa exclusão no mercado de trabalho é uma realidade persistente, como aponta o Ministério do Trabalho e Emprego, no relatório de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do 2º trimestre de 2024, destaca que evidencia a continuidade da desigualdade racial. Dados recentes mostram que a população negra, embora seja a maioria da força de trabalho, enfrenta

taxas de desemprego mais altas, salários menores em comparação com trabalhadores brancos nas mesmas funções e está sub-representada em cargos de liderança, perpetuando um ciclo de desvantagem econômica e social.

A relevância desta pesquisa reside em sua contribuição para o debate sobre o “desfuturo” do trabalho para jovens negros, expressão que sintetiza o horizonte limitado imposto por um mercado de trabalho cada vez mais precarizado, seletivo e racializado. Ao articular entrevistas com base teórica crítica, o estudo busca ampliar o campo de análise sobre como o racismo estrutural e a ausência de políticas públicas comprometidas impactam diretamente nas possibilidades de inserção social dessa juventude.

A revisão da literatura mobiliza autoras e autores centrais para a compreensão e discussão do tema proposto. Gonzalez (2020) denuncia o genocídio simbólico e físico da juventude negra e questiona a contradição de um país que, embora economicamente relevante, mantém a maior parte da sua juventude negra entregue à própria sorte. Bourdieu (1983), ao afirmar que “juventude” é apenas uma palavra, convida à reflexão sobre a construção social desse grupo e sobre como determinadas juventudes — como a negra e periférica — são historicamente excluídas do projeto de futuro promissor associado à fase juvenil. Fanon (1952), contribui com uma análise sobre a interiorização da opressão racial e os impactos psíquicos da exclusão. Kowarick (1987) revela como o discurso sobre trabalho sempre foi atravessado por estigmas raciais, associando o negro à vadiagem quando fora da lógica produtiva capitalista. Para Fernandes (1965), a sociedade brasileira manteve uma estrutura racializada de classes, onde a população negra foi sistematicamente impedida de acessar direitos sociais, econômicos e educacionais.

Compreender o lugar que a juventude negra ocupa no mercado de trabalho é também observar como isso influencia diretamente suas aspirações após a conclusão do Ensino Médio. Esse olhar exige atenção não apenas aos obstáculos impostos, mas também às movimentações que buscam transformar esse cenário de exclusão. Em 2022, 10,9 milhões de jovens entre 15 e 29 anos não estudavam nem trabalhavam, representando 22,3 % dessa faixa etária no país. Dentre esse contingente, 43,3 % eram mulheres pretas ou pardas, 24,3 % homens pretos ou pardos, evidenciando o impacto racial nessa condição de vulnerabilidade social (IBGE, 2023). Esse fenômeno, frequentemente referido como ‘nem-nem’ (sigla para ‘nem estudam nem trabalham’), configura-se como um desafio estrutural no Brasil e tem sido objeto de estudos nacionais que apontam para as barreiras

que jovens de populações marginalizadas enfrentam para acessar educação ou mercado de trabalho (FREIRE et al., 2021).

No contexto do município de Camaçari/BA, recorte que a pesquisa propõe estudar, é possível identificar jovens negros que sonham com profissões como a advocacia — desejo que, muitas vezes, entra em choque com as condições materiais e simbólicas que os cercam. Surge então a pergunta: até que ponto esses sonhos são compatíveis com a realidade que vivem? E, quando não são, quais são os fatores estruturais que os impedem de se concretizar? Em um país onde o futuro para muitos jovens negros se resume à entrada precoce no trabalho como jovem aprendiz em grandes redes de supermercado, é preciso perguntar: os chamados “pivetes” podem mesmo sonhar com uma carreira ou estão condenados a aceitar o pouco que lhes é oferecido? Este artigo, portanto, propõe não apenas compreender a realidade de jovens negros de Camaçari, mas também contribuir para o fortalecimento de análises interseccionais e comprometidas com a transformação social.

## **2. JUSTIFICATIVA**

A pesquisa contribui para o debate sobre o “desfuturo” do trabalho para jovens negros, expressão que sintetiza o horizonte limitado imposto por um mercado de trabalho cada vez mais precarizado, seletivo e racializado. Ao articular entrevistas com base teórica crítica, o estudo busca compreender de forma crítica os mecanismos históricos e sociais que perpetuam a desigualdade racial no Brasil, especialmente nas esferas do trabalho e educação, bem como amplia o campo de análise sobre como o racismo estrutural e a ausência de políticas públicas comprometidas impactam diretamente as possibilidades de inserção social da juventude negra.

## **3 OBJETIVOS**

### **3.1 Objetivo geral**

Compreender os fatores que influenciam as perspectivas futuras de jovens negros em Camaçari após a conclusão do ensino médio, considerando suas trajetórias no mercado de trabalho e no ensino superior.

### 3.2 Objetivos específicos

- Analisar como a marginalização social e o racismo estrutural impactam a inserção da juventude negra no mercado de trabalho e no ensino superior.
- Investigar de que maneira os jovens negros percebem e planejam suas trajetórias profissionais e acadêmicas, relacionando suas aspirações com a realidade socioeconômica local.
- Evidenciar os conceitos de futuro e mercado de trabalho conforme percebidos por esses jovens, identificando expectativas, desafios e oportunidades percebidas.
- Explorar as motivações que levam os jovens negros a optar pelo ingresso no mercado de trabalho ou na continuidade dos estudos após o ensino médio, considerando fatores pessoais, sociais e estruturais.

## 4. METODOLOGIA

Com base na compreensão da juventude negra como um grupo historicamente marginalizado a pesquisa adota uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), com ênfase na metodologia qualitativa, de caráter exploratório, combinando o levantamento bibliográfico com a aplicação de questionários estruturados. Os dados quantitativos foram utilizados para indicar tendências gerais, enquanto a interpretação qualitativa foi realizada em diálogo com referenciais teóricos críticos, buscando compreender os impactos do racismo estrutural sobre a juventude negra no mercado de trabalho e no ensino superior. É importante ressaltar que a pesquisa, de modo geral, seguiu as seguintes etapas: (1) definição de questão problema e dos objetivos; (2) problematização da temática; (3) revisão de Literatura e levantamento de dados primários e secundários; (4) definição do Tipo de pesquisa e abordagem metodológica; (5) coleta, análise e interpretação dos dados; (6) conclusões; (7) prototipagem.

Dessa forma, foram aplicadas entrevistas estruturadas por meio de formulários online na plataforma Forms Microsoft. O questionário contém 30 perguntas a fim de

compreender a percepção desses jovens em relação ao mercado de trabalho. A amostra foi dividida em dois grupos principais: (1) Os que, com idades entre 16 e 20 anos, não estão inseridos no ensino superior ou no mercado de trabalho, independentemente de estarem cursando ou não o ensino médio.; (2) jovens que estão atualmente empregados (trabalhando), independentemente de estarem cursando ou não o ensino médio. Ao todo, foram aplicados 30 questionários, atendendo ao objetivo quantitativo da pesquisa. A participação foi voluntária, sendo a maioria dos respondentes residentes no bairro da Gleba C, localizado na cidade de Camaçari-Bahia.

## **5. RESULTADOS OBTIDOS**

### **5.1 JUVENTUDE NEGRA MARGINALIZADA**

A marginalização da juventude negra no Brasil é resultado de um processo histórico que se atualiza nas estruturas sociais e econômicas do presente. Nessa perspectiva histórica, escravidão é definida não apenas como uma relação de dominação, mas como o modo de produção que sustentou a acumulação primitiva de capital no Brasil, tal qual divide-se o sistema em duas fases (MOURA, 1988). A primeira, o “escravismo pleno”, corresponde ao auge da exploração da economia colonial no século XVII a meados do século XIX, quando a coisificação do corpo negro era total e o sistema operava com máxima lucratividade, consolidando a riqueza da elite agroexportadora. A segunda fase, o “escravismo tardio”, é o período da crise estrutural na segunda metade do século XIX, um colapso provocado não por fatores externos, mas principalmente pela agência dos próprios escravizados através de insurreições, formação de quilombos e resistência cotidiana, que tornaram a manutenção do sistema insustentável. O escravismo tardio é a etapa que prepara e condiciona o capitalismo dependente brasileiro (MOURA, 1988). É precisamente o resultado dessa transição conflituosa, culminando em uma abolição que foi, na prática, uma estratégia de contenção social, que se torna o ponto de partida para a análise da inserção do negro na sociedade de classes. Por sua vez, Fernandes (1965), aponta o escravismo como marcante na estrutura da formação central brasileira, de forma que na transição entre o sistema escravocrata e o capitalismo de mercado, as relações sociais se estruturam pela lógica da compra e venda de força de trabalho, lucro e competição em que a abolição não foi acompanhada de mecanismos reais de inclusão

social para a população negra. Assim, o negro, como afirma Fernandes (1965), foi “livre para a marginalização”, isto é, lançado à própria sorte em uma sociedade que não reconhecia sua humanidade nem sua cidadania plena, relegando a este grupo o afastamento do centro, isto é, da realidade não precarizada. Nesse sentido, o hiato histórico de exclusão resultou na massificação de uma juventude negra, pivetes dos centros urbanos, na luta por dignidade.

No contexto local, como no bairro da Gleba C, em Camaçari — assim como em diversos bairros ou comunidades periféricas da Bahia — o termo “pivete” carrega uma carga fortemente pejorativa, especialmente quando direcionado a crianças e adolescentes negros. Mais do que uma simples gíria, a palavra opera como um marcador social que estigmatiza esses jovens, associando-os à baderna, à desordem e, frequentemente, à criminalidade. Quando são rotulados como “pivetes”, esses sujeitos passam a ser vistos sob o olhar da suspeição e do medo, sendo reduzidos a estereótipos ligados à marginalidade. Essa associação violenta compromete a sua dignidade e os desumaniza, negando-lhes o direito de sonhar ou de serem reconhecidos como sujeitos plenos de direitos. Nesse processo, o acesso a cargos importantes ou ao reconhecimento profissional torna-se quase impossível, já que a própria ideia de mérito é negada a esses corpos negros desde a infância, antes mesmo de qualquer oportunidade real de inserção social.

Nessa perspectiva, Gonzalez (2020) lê os pivetes como uma categoria social criada para criminalizar e desumanizar o jovem negro das periferias. Ele não é visto como uma criança em vulnerabilidade, mas como um perigo em potencial — uma ameaça à ordem social branca e burguesa. A linguagem, nesse caso, não é neutra: termos como “marginal”, “elemento” ou “menor” são usados para desqualificar e afastar esses sujeitos do campo dos direitos, ou seja, há uma intencionalidade em desqualificar estes jovens a fim de torná-los uma ameaça iminente.

Portanto, ao reconhecer a juventude negra como “pivete” e não como estudante, trabalhador, criador ou cidadão, a sociedade opera um apagamento existencial — uma forma de dizer que esses jovens não têm lugar legítimo no futuro da nação, a não ser como estatística ou como alvo da repressão.

## **5.2 A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA**

A questão do trabalho quando atravessada pelo marcador racial expõe como o projeto de cidadania no Brasil foi historicamente estruturado para excluir corpos negros dos espaços de dignidade e reconhecimento social. Kowarick (1987) demonstra que a construção da figura do “trabalhador” no Brasil urbano sempre esteve vinculada a uma norma racial e de classe: o modelo ideal era o homem branco, assalariado, disciplinado e inserido nas regras da economia formal — ou seja, protegido por leis trabalhistas, com contrato registrado e direitos assegurados. Em contrapartida, negros e pobres, sistematicamente impedidos de acessar essas condições, foram relegados a ocupações instáveis, sem contrato e sem proteção social, compondo o que se convencionou chamar de setor informal. Nesse contexto, vender nas ruas, fazer “*bicos*” (trabalhos informais/subalternos e temporários sem vínculo empregatício), prestar serviços eventuais ou atuar em feiras e pequenos comércios não era lido como trabalho legítimo, mas frequentemente associado à vadiagem, ao desvio ou até à criminalidade (KOWARICK, 1987). Esse imaginário forjado no passado escravocrata persiste nas estruturas atuais: a juventude negra periférica continua sendo marginalizada no mercado de trabalho, vista como mão de obra descartável ou, pior, como presença indesejada. Assim, diante do cenário de exclusão no mercado de trabalho formal, as atividades informais ou precárias apresentam-se como a sobrevivência marginal das classes populares, em que expressa a contradição do sistema capitalista que ao mesmo tempo que necessita da mão de obra também marginaliza essa parcela significativa da população. Diante dessa estrutura, surge uma questão fundamental: como essa imposição do trabalho precarizado molda as aspirações e os projetos de futuro desses jovens, especialmente em relação à educação formal?

O ponto de partida para entender as aspirações dessa juventude é a sua condição financeira. Ao cruzar os dados da Q7 – “Qual é a sua renda familiar?” com a Q11 – “O que você escolherá para os próximos 2 a 5 anos?”, emerge um cenário onde a necessidade financeira condiciona severamente as escolhas. Na faixa de renda mais baixa (menos de 1 salário-mínimo), isso se manifesta como uma sobreposição forçada: 62,5% dos jovens são obrigados a conciliar universidade e trabalho.

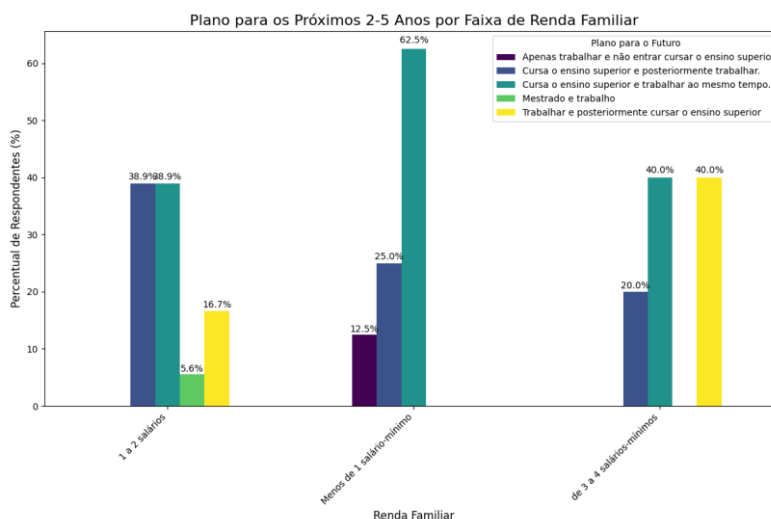


Figura 1 – Planos para o Futuro por Faixa de Renda Familiar

Fonte: Formulário aplicado pela autora com jovens de 16 a 20 anos residentes na Gleba C, Camaçari/BA (n = 30)., Camaçari-BA (2024)

A razão para essa conciliação forçada é que, para essa juventude, o trabalho não é uma opção para obter 'dinheiro extra', mas uma necessidade para a sobrevivência básica — seja para complementar a renda familiar, seja para custear as despesas mínimas de permanência na própria universidade (transporte, alimentação, materiais). Cria-se, então, um paradoxo: o jovem busca o ensino superior como um projeto de futuro para superar a precarização, mas a precarização do seu presente o obriga a se manter em um trabalho que compete diretamente pelo tempo e energia necessários ao sucesso acadêmico. Nesse contexto, o trabalho se impõe não como uma escolha vocacional ou um complemento aos estudos, mas como uma condição de sobrevivência que ameaça o próprio projeto de futuro que a universidade representa.

Como consequência direta dessa luta pela sobrevivência, o horizonte de expectativas em relação ao ensino superior se torna fraturado. O cruzamento da Q18 – “Quando você saiu do ensino médio, já pensava em entrar no mercado de trabalho?” com a Q20 – “Com a realidade que você possui hoje, existe a possibilidade em ingressar no ensino superior?” revela essa tensão. Para os jovens focados no trabalho, a universidade ainda surge como um desejo para 45%, mas essa aspiração é confrontada por uma barreira de pessimismo e dúvida: 40% se declaram incertos e 10% já a descartam como uma possibilidade real.

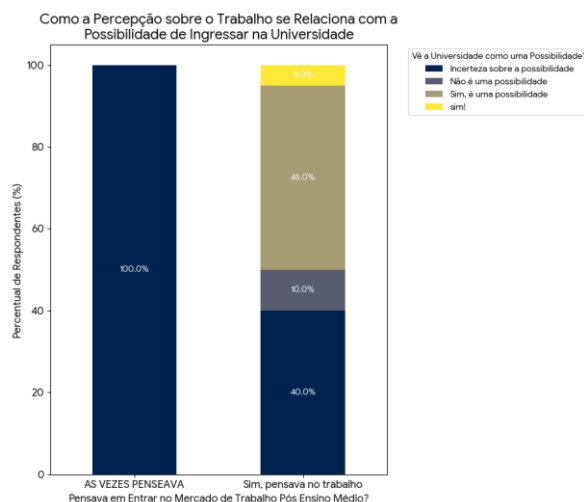


Figura 2 – Relação entre a Percepção sobre o Trabalho e a Possibilidade da Universidade

Fonte: Formulário aplicado pela autora Formulário aplicado pela autora com jovens de 16 a 20 anos residentes na Gleba C, Camaçari/BA (n = 30), Camaçari-BA (2024)

Essa incerteza reflete uma consciência pragmática das barreiras. O jovem percebe que a energia gasta no trabalho precarizado e a instabilidade financeira tornam a dedicação exigida pelos estudos uma meta quase inatingível. Ocorre um distanciamento simbólico: a universidade passa a ser vista não como o próximo passo lógico, mas como um universo distinto, com códigos e exigências que parecem incompatíveis com sua realidade imediata. Assim, a urgência material não apenas adia o sonho do ensino superior, mas o corrói por dentro, instalando a dúvida sobre a própria capacidade de pertencimento e sucesso nesse espaço.

O ciclo de precarização, iniciado pela condição financeira e refletido na incerteza sobre os estudos, se completa ao analisarmos a natureza dos empregos que essa juventude é forçada a aceitar. O cruzamento da Q31 – “Quais são as motivações pelo qual você trabalha no seu atual emprego?” com a Q32 – “Quanto tempo pretende permanecer neste emprego?” materializa quantitativamente o conceito de "bico" descrito por Kowarick (1987). A análise revela que a principal motivação para a permanência no trabalho não é a carreira, mas a necessidade explícita: “Estou neste emprego porque preciso de dinheiro”. Crucialmente, o gráfico mostra que essa motivação, baseada na pura necessidade, está diretamente associada a um plano de permanência definido como "Talvez". Aqui, o "Talvez" não expressa simples indecisão, mas a própria essência da relação de trabalho precário. Ele sinaliza que o emprego é encarado como um recurso puramente instrumental e descartável, sem qualquer perspectiva de crescimento ou

segurança. Esses "bicos" não formam um currículo nem desenvolvem habilidades valorizadas no mercado formal; eles apenas garantem a sobrevivência imediata, perpetuando um ciclo de instabilidade que impede a construção de uma carreira. É justamente a natureza desse tipo de trabalho — com suas jornadas exaustivas, horários imprevisíveis e baixa remuneração — que se torna incompatível com a rotina e a dedicação exigidas pela vida acadêmica, confirmando que a luta pela sobrevivência no presente sabota ativamente o projeto de ascensão social no futuro.

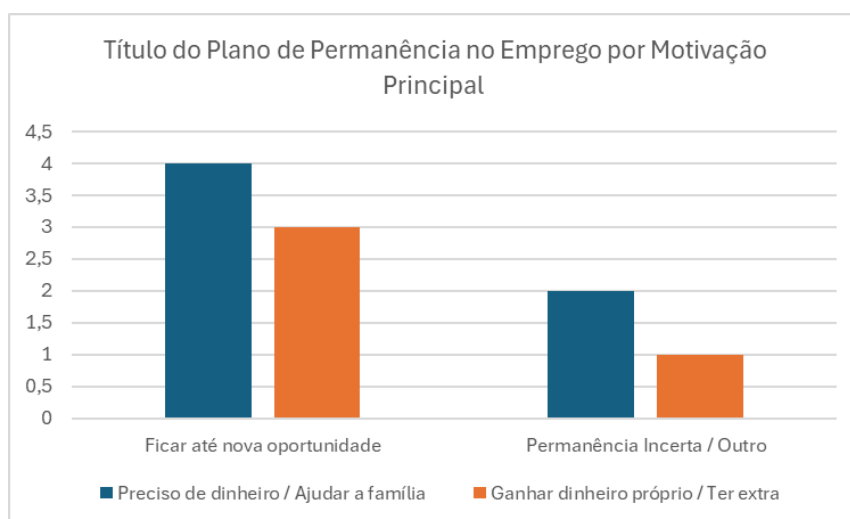


Figura 3 – Plano de Permanência no Emprego por Motivação Principal

Fonte: Formulário aplicado pela autora Formulário aplicado pela autora com jovens de 16 a 20 anos residentes na Gleba C, Camaçari/BA (n = 30), Camaçari-BA (2024)

A partir disso, González (2016) contextualiza que a “divisão racial do trabalho” se concretiza em contextos como o do bairro da Gleba C, em Camaçari, onde jovens negros disputam ocupações precárias, mal remuneradas e sem perspectivas de crescimento. Essa realidade evidencia um modelo de exclusão que nega possibilidades concretas de futuro e reforça a marginalização dessa juventude. A divisão racial do trabalho, portanto, não se limita a uma desigualdade salarial, mas reflete uma estrutura social que, historicamente, destina à população negra os postos mais subalternos. Nesse sentido, a juventude negra se vê limitada a opções que não contemplam suas aspirações, criando um ciclo de precarização que reforça a segregação racial e social no Brasil.

### 5.3 E EU, POSSO SER DOUTOR?

O ensino superior tem o papel de capacitar os indivíduos para atividades que exigem um nível de conhecimento mais elevado do que aquele oferecido pela educação básica, especialmente quando há compromisso com a qualidade do ensino. Nesse contexto, a universidade não apenas amplia o conhecimento dos estudantes, mas também qualifica sua mão de obra, o que tende a resultar em melhores condições de remuneração e maior inserção em posições valorizadas no mercado de trabalho. No entanto, as relações entre o trabalho e o acesso ao ensino superior nem sempre são paralelas e, muitas vezes, se revelam contraditórias.

Segundo o UOL, com base nos dados da Pnda Contínua de 2024, divulgada pelo IBGE, entre os jovens que abandonaram a escola, 41,7% dizem que o motivo foi necessidade de trabalhar, sendo que a maior evasão é justamente maior entre homens e negros, em situação de baixa renda. Assim, percebe-se que muitos jovens, especialmente os de origem negra e periférica, são impulsionados a ingressar precocemente no mercado de trabalho por necessidades econômicas urgentes ou por influência de familiares que priorizam a sobrevivência imediata em detrimento de projetos de longo prazo.

Há também aqueles que, mesmo desejando estudar, não conseguem compreender ou acessar os caminhos para a universidade, permanecendo alheios às possibilidades que o ensino superior pode oferecer. Segundo Dados do Censo Demográfico do IBGE (2022), embora a população com ensino superior tenha crescido, além da necessidade de optar muitas vezes por um trabalho imediato, como a falta de acesso a informação ou a falta de facilidades aos caminhos de ingresso universitário. A universidade é igualmente espaço de produção de conhecimento crítico e de democratização cultural, de modo que sua negação à juventude negra significa restringir não apenas oportunidades individuais, mas também a pluralidade da própria sociedade brasileira (Chauí, 2011). Assim, o que deveria ser um espaço de formação e transformação social torna-se, para muitos, uma realidade distante — restringindo o acesso a um mercado de trabalho mais qualificado e bem remunerado.

Desse modo, Bourdieu (1983) destaca como as aspirações dos jovens — período durante e pós finalização do ensino médio em que estão decidindo ou pensando sobre os próximos passos da vida — são manipuladas desde o período escolar, impactando diretamente sua percepção e entendimento sobre a possibilidade de ingressar no ensino superior. Esse processo ocorre de tal forma que, ao se aproximarem do fim do ensino médio, muitos desses jovens não conseguem enxergar a oportunidade de se integrar ao

mundo acadêmico. Essa distância entre aspirações e realidade concreta é reforçada pela atuação da própria instituição escolar.

Para testar a afirmação de Bourdieu na prática, realizamos um cruzamento triplo entre a Q15 – “Enquanto estudei(estudo) no ensino médio, falei sobre termos a possibilidade de ingressar em uma universidade.”, a Q24 – “Tenho plena consciência como faz para entrar em uma universidade (pública ou privada).” e a Q26 – “ Fiz ENEM entre 1 e 3 vezes.”. A análise revela um “vazamento” crítico no funil de acesso ao ensino superior. Mesmo entre os jovens que foram informados pela escola e que afirmam ter consciência de como entrar na universidade, a grande maioria ainda não realizou a prova, isso demonstra que a posse da informação, por si só, não garante a ação. Existe uma diferença crucial entre saber o que fazer e ter as condições materiais, sociais e simbólicas para fazer. A escola entrega o mapa (o conhecimento), mas a juventude se vê sem o veículo (as condições concretas) para realizar a viagem. A intenção de chegar ao destino existe, mas a realidade do ponto de partida os impede de dar o primeiro passo efetivo.



Figura 4 – Ação (Fazer o ENEM) por Conhecimento, Separado por Informação Recebida na Escola

Fonte: Formulário aplicado pela autora com de 16 a 20 anos residentes na Gleba C, Camaçari/BA (n = 30), Camaçari-BA (2024)

Dessa forma, a distância entre as aspirações da juventude negra e sua realidade concreta evidencia uma disfunção profunda. Muitos desses jovens acabam optando por ingressar no mercado de trabalho não por ausência de interesse em estudar, mas porque não veem condições reais de acessar o ensino superior. A falta de apoio, orientação e estrutura faz com que o planejamento para a universidade pareça inviável. Diferentemente, os grupos não marginalizados contam com recursos para se prepararem para o vestibular ou custearem universidades privadas, enquanto os jovens negros enfrentam obstáculos constantes que dificultam até mesmo sonhar com essa possibilidade. Isso se deve, em grande parte, à desigual distribuição do que Bourdieu (1992) chama de “capital cultural”, o qual é fundamental para a lógica de funcionamento

da escola e do acesso ao ensino superior. Para o autor, a escola “exige dos alunos um capital cultural que apenas os grupos privilegiados possuem” e, ao fazê-lo, acaba por “transformar desigualdades sociais em desigualdades escolares”

Adicionalmente, os dados demonstram que o tipo de escola frequentada aprofunda essa desigualdade. Ao comparar alunos de escolas públicas e privadas acerca da pergunta Q25 — *“Entendo que o ENEM é uma das portas para a entrada em uma universidade pública que consiste em 2 dias de provas, no mês de novembro, compostas por 180 questões de CIÊNCIAS DA NATUREZA, HUMANAS E SOCIAIS, LINGUAGENS, MATEMÁTICA e uma redação. Além de que a prova pode ser feita gratuitamente com o pedido da isenção.”*, nota-se que 100% dos alunos que estudaram majoritariamente em escolas privadas afirmam entender plenamente sobre o ENEM, enquanto cerca de 23% dos alunos de escolas públicas possuem um entendimento apenas parcial.

Tal dado evidencia como o "capital cultural" informacional é distribuído de forma desigual, preparando alguns jovens de maneira muito mais eficaz que outros. Essa falta de preparo e a descrença na própria capacidade culminam nos dados que você já havia apontado: embora 87,5% dos entrevistados afirmem conhecer o ENEM, a resposta à pergunta Q26 — *“Fiz o ENEM entre 1 e 3 vezes”* — revelou que apenas 17% chegaram a realizar efetivamente a prova. Tal contraste entre conhecimento e ação evidencia que, mesmo com ampla divulgação, o ensino superior permanece como uma possibilidade marcada pelo distanciamento. Isso se dá, em grande parte, por fatores estruturais como a marginalização social, a falta de políticas públicas que garantam incentivo e permanência, além da ausência de um preparo adequado para enfrentar o exame. Para muitos jovens negros, a universidade ainda se apresenta como um horizonte inalcançável, mesmo que desejável, não por falta de interesse, mas pelas barreiras simbólicas e materiais que os impedem de visualizar esse caminho como algo concreto e possível.

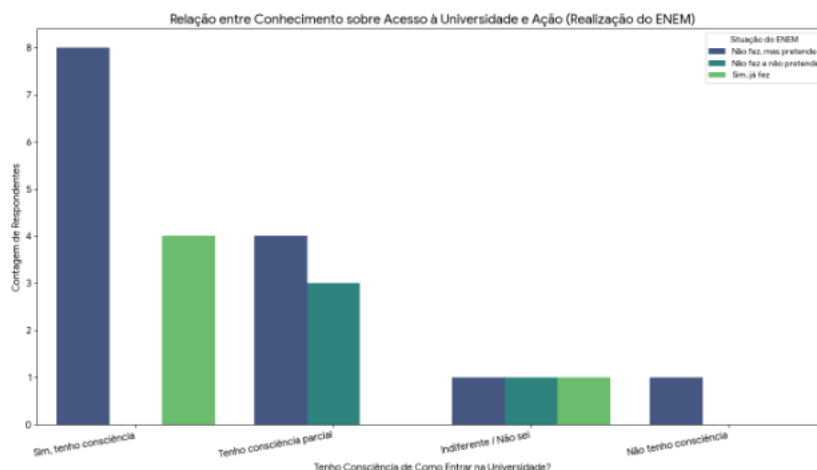


Figura 4 – Relação entre Conhecimento sobre Acesso à Universidade e Realização do ENEM

Fonte: Formulário aplicado pela autora de 16 a 20 anos residentes na Gleba C, Camaçari/BA (n = 30), Camaçari-BA (2024)

Além das falhas do sistema educacional, a percepção sobre a possibilidade de ser 'doutor' é atravessada por uma intersecção ainda mais profunda entre raça e classe. A análise que cruza Cor/Raça (Q6), Renda Familiar (Q7) e a Possibilidade de ingressar no ensino superior (Q20) revela que a raça opera como um marcador de exclusão de formas complexas, mesmo quando a variável econômica é similar. O dado mais provocador da pesquisa surge na faixa de renda mais alta da amostra: 100% dos jovens que se autodeclararam pretos veem a universidade como uma possibilidade, enquanto nenhum jovem pardo, na mesma condição financeira, o faz. Embora a amostra nesta faixa de renda seja limitada, esse resultado aponta para as diferentes formas como a identidade racial é construída e internalizada. Não se trata de uma simples comparação, mas de uma pista de que as experiências e as pressões sociais vividas por jovens pretos e pardos não são idênticas, mesmo sob um mesmo teto de renda. A análise interseccional se mostra, portanto, indispensável.

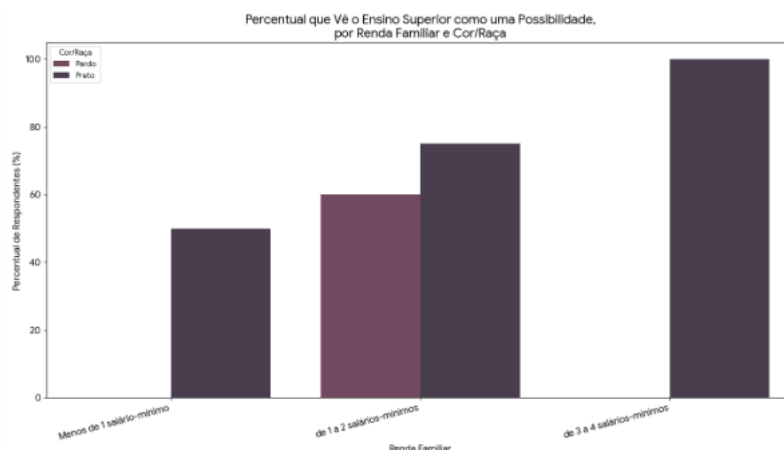


Figura 5 – Intersecção de Raça e Renda na Percepção de Acesso à Universidade

Fonte: Formulário aplicado pela autora com jovens de 16 a 20 anos residentes na Gleba C, Camaçari/BA (n = 30), Camaçari-BA (2024)

É essa complexidade, revelada pelos dados, que expõe os limites das políticas de acesso. Conquistas como a Lei de Cotas foram cruciais para abrir as portas da universidade, mas a inserção nesse espaço, por si só, não garante a superação das barreiras estruturais. Se a raça continua a moldar a percepção da realidade de maneira tão profunda, é imprescindível que existam políticas públicas focadas não apenas no acesso, mas na permanência e no aproveitamento pleno desses estudantes. A universidade só cumprirá sua promessa de mobilidade social quando oferecer as condições para que o jovem negro possa, de fato, transformar seu diploma em uma mudança concreta de vida.

## 5.4 OS *PIVETES* SÃO O FUTURO

Em meio a esses fenômenos que atravessam a juventude negra, as perspectivas de futuro tornam-se um campo de disputa simbólica e material. Fanon (1952), ao analisar os efeitos da opressão colonial sobre a subjetividade do negro, revela como o racismo limita não apenas o presente, mas também a capacidade de sonhar, planejar e construir um futuro possível. No Brasil, essa lógica se manifesta na forma como os jovens negros são constantemente empurrados para trabalhos precarizados ou marginalizados, enquanto o acesso ao ensino superior permanece restrito e seletivo.

A tensão entre o desejo e a realidade é marcada por uma estrutura social que nega à juventude negra o direito de aspirar a um futuro digno. Como sonhar em ser advogado, engenheira ou professora, quando tudo ao redor aponta para a sobrevivência imediata?

Como planejar o ingresso na universidade, quando a experiência escolar foi atravessada por racismo, sucateamento e exclusão? Para Fanon (1952), resistir a esse destino imposto é um ato de enfrentamento à violência simbólica e estrutural. Assim, compreender as projeções de futuro desses jovens — mesmo quando atravessadas por incertezas — é essencial para compreender também os limites e as potências das suas existências dentro de um sistema que insiste em apagá-las.

Em meio a esses fenômenos que atravessam a juventude negra, o grupo musical Racionais MC's expressa, na canção Vida Loka, Pt. 1, o sentimento de insegurança e incerteza quanto ao futuro: “eu me sinto às vezes meio pá, inseguro que nem um vira-lata, sem fé no futuro”. Esse verso sintetiza o impacto da exclusão social sobre o imaginário da juventude negra, que muitas vezes não consegue se reconhecer como sujeito de um futuro possível. Tanto na música quanto na realidade, paira a dúvida: é possível existir um amanhã em que o jovem negro seja protagonista da própria história? Um futuro em que seja reconhecido, valorizado e respeitado nos espaços de trabalho, nas universidades e na vida em geral?

Contudo, apesar de todas as barreiras estruturais documentadas, os dados da pesquisa revelam que a juventude negra de Camaçari se recusa a ter um futuro subalterno. Suas aspirações acadêmicas são a maior evidência de sua potência. Ao analisar a Q21 – “Qual curso gostaria de cursar?”, notamos um projeto de futuro que desafia diretamente as estatísticas de sub-representação. As áreas mais desejadas são Tecnologia & Engenharia, Direito e Saúde, campos de alto prestígio, poder e qualificação técnica na sociedade. Longe de se conformarem com o lugar comum, esses jovens miram em profissões que moldam a sociedade e quebram o ciclo de precarização.

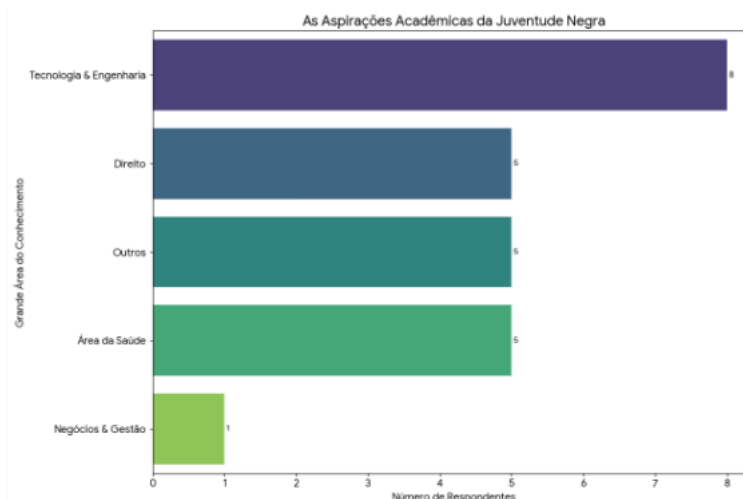


Figura 6 – As Aspirações Acadêmicas da Juventude Negra

Fonte: Formulário aplicado pela autora com de 16 a 20 anos residentes na Gleba C, Camaçari/BA (n = 30), Camaçari-BA (2024)

Logo, acreditar em outras possibilidades de existência rompe com os paradigmas da miséria e da marginalização historicamente associados à figura do "pivete". Reimaginar esses jovens como sujeitos de direito, de saber e de potência desafia o senso comum que os reduz a estereótipos negativos e os exclui de qualquer expectativa de sucesso acadêmico, profissional ou financeiro. Apostar no futuro da juventude negra é, portanto, um movimento contra a descrença estrutural — é afirmar que os “pivetes” também podem sonhar, conquistar e transformar o mundo ao seu redor.

## 5.5 OS *PIVETES* COMO FUTURO DO TRABALHO

Para enfrentar essas disparidades estruturais, políticas afirmativas históricas como a Lei de Cotas universitárias, programas de aprendizagem para jovens e políticas de ações afirmativas emergem como instrumentos de reparação e inclusão. Estas políticas, embora já presentes em âmbito nacional, demandam adaptações locais para efetivar sua eficácia em contextos específicos como o de Camaçari.

Desse modo, como uma forma de minimizar os impactos da insegurança em relação ao futuro e enfrentar os efeitos da marginalização, este trabalho propõe a criação de um Projeto de Lei (PL) voltado à qualificação de jovens negros, com idades entre 15 e 20 anos, para o mercado de trabalho e para o ingresso no ensino superior. A proposta contempla a oferta de cursos técnicos, profissionalizantes e preparatórios para o ENEM

e vestibulares, com o objetivo de ampliar as oportunidades e garantir o acesso a caminhos que historicamente foram negados à juventude negra.

PROJETO DE LEI Nº [XXXX]/2025  
“Os pivetes como futuro do trabalho”

Ementa:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir, no âmbito do Município de Camaçari, o Programa “Os pivetes como futuro do trabalho”, voltado à qualificação de jovens negros para o mercado de trabalho e o acesso ao ensino superior.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal “Os pivetes como futuro do trabalho”, com o objetivo de promover a capacitação de jovens negros residentes no município, por meio de políticas públicas de formação educacional e profissional.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei tem como finalidades:

- I – oferecer cursos profissionalizantes e técnicos gratuitos para jovens de 15 a 29 anos;
- II – promover cursos preparatórios gratuitos para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e demais processos seletivos de acesso ao ensino superior;
- III – estimular a permanência escolar e a continuidade dos estudos por meio de incentivos pedagógicos, culturais e sociais.

Art. 3º As ações do Programa serão executadas pela Secretaria Municipal da Educação, em articulação com a Secretaria do Desenvolvimento Social e Cidadania e outras instituições públicas ou privadas parceiras.

Art. 4º As diretrizes do Programa observarão:

- I – a equidade racial e social na oferta das vagas;
- II – a intersetorialidade das políticas públicas, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2024–2034;
- III – o fortalecimento das capacidades dos jovens negros, com foco na redução das desigualdades educacionais e no respeito à diversidade, conforme previsto no art. 3º, incisos III, VII e X da nova redação do PNE.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias,

definindo as metas, critérios de seleção, parcerias institucionais e formas de avaliação dos resultados.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Este Projeto de Lei visa enfrentar as desigualdades raciais e sociais no município de Camaçari, ampliando o acesso dos jovens negros ao mercado de trabalho e ao ensino superior, em consonância com os princípios constitucionais da igualdade e com as diretrizes do Plano Nacional de Educação 2024–2034, especialmente aquelas voltadas à promoção da equidade e dos direitos humanos.

Dessa forma, propor esta medida como instrumento para que os sonhos e aspirações dos jovens negros se tornem realidade impacta diretamente na melhoria da qualidade de vida dessa parcela da população. A aprovação deste Projeto de Lei pela Câmara de Vereadores de Camaçari-Bahia representa um compromisso do poder público com o futuro desses jovens, rompendo com estigmas que os associam à marginalidade e oferecendo-lhes novos horizontes. A proposta busca transformar a forma como a juventude negra de Camaçari é vista: não mais como "pivetes" associados às mazelas sociais, mas como protagonistas de seus próprios caminhos, com apoio do Estado e reconhecimento de seu potencial. Assim, a “pivetada” de Camaçari passa a ser enxergada como potência concreta de desenvolvimento, sendo, de fato, o futuro do trabalho.

## **6 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A juventude negra de Camaçari/BA — assim como a de tantas outras periferias do Brasil — carrega, em sua trajetória, as marcas profundas da marginalização e da ausência de oportunidades, reflexos diretos de uma estrutura social historicamente excludente e desigual. O termo “pivete”, frequentemente usado para nomear esses jovens, é carregado de estigma: associa-os à criminalidade, ao fracasso e à desordem, desumanizando suas histórias e reduzindo seus futuros a trajetórias marcadas pela violência e pela precarização do trabalho. No entanto, quando se escolhe olhar para além do rótulo, o que se revela são jovens com sonhos legítimos, com potência criativa e com sede de transformação. São sujeitos que desejam, antes de tudo, acesso à educação,

dignidade e oportunidades reais de ascensão social. É preciso, portanto, romper com o olhar criminalizador e enxergá-los como protagonistas do presente e do futuro.

Este estudo revela não apenas a luta desses jovens pela inserção no mercado de trabalho e no ensino superior, mas também os desafios profundos que enfrentam devido à falta de acesso a recursos e a educação de qualidade. A ausência de perspectivas concretas de mobilidade social reflete-se nas suas escolhas e nos seus planos para o futuro. Muitos, ao mesmo tempo em que aspiram a uma vida melhor, não acreditam na possibilidade de alcançar essas metas, pois a realidade social em que vivem frequentemente os limita. A escassez de oportunidades qualificadas, as disparidades educacionais e a falta de incentivo por parte do Estado geram um ciclo de exclusão que é difícil de quebrar.

Entretanto, o verdadeiro desafio está em transformar essa realidade, oferecendo não apenas suporte, mas também visibilidade e respeito mediante as aspirações da juventude negra. A proposta do Projeto de Lei “Os pivetes como futuro do trabalho” é uma tentativa concreta de reverter esse quadro. Ao instituir programas de qualificação profissional e preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), busca-se ampliar as perspectivas de ingresso de jovens negros no mercado de trabalho formal e no ensino superior, proporcionando a eles as ferramentas necessárias para enfrentar a barreira da desigualdade estrutural.

A formação técnica e acadêmica representa um passo decisivo para transformar a narrativa que recai sobre a juventude negra de Camaçari, abrindo caminhos historicamente negados e promovendo reais possibilidades de emancipação. Tornar esses jovens protagonistas de suas próprias histórias — e não apenas figurantes à margem da sociedade — deve ser uma prioridade urgente, não apenas para o município, mas para o país como um todo. A construção de políticas públicas que promovam sua inclusão, valorização e desenvolvimento é indispensável para o fortalecimento da democracia, da justiça social e do avanço humano. Se a história até aqui foi marcada pela exclusão, o futuro pode — e deve — ser reescrito com a força transformadora desses próprios jovens, que, ao acessarem educação de qualidade e melhores condições de vida, tornam-se capazes de romper com os estigmas que os aprisionam e construir novas realidades, baseadas em dignidade, protagonismo e potência.

Os chamados “pivetes” — expressão carregada de preconceito e exclusão — não são monstros, como tantas vezes são retratados pelo senso comum. São os mesmos jovens descritos por Racionais MC’s em Capítulo 4 Versículo 3

O monstro que nasceu em algum lugar do Brasil. Talvez o mano que trampa debaixo do carro sujo de óleo. Que enquadra o carro forte na febre com o sangue nos olhos. [...] O mano que entrega envelope o dia inteiro no sol. Ou o que vende chocolate de farol em farol. Capítulo 4 Versículo 3 - Racionais Mcs.

São esses os verdadeiros príncipes guerreiros, como afirma o verso — sujeitos complexos, potentes, que carregam em si as dores da exclusão, mas também a força da resistência. Ao invés de enxergá-los como marginais, precisamos reconhecê-los como os construtores de um Brasil mais justo e igualitário, onde a cor da pele não determine o destino, e onde trabalho e educação sejam, de fato, caminhos de liberdade e ascensão. Tendo em vista os dados nacionais e os resultados locais, conclui-se que políticas municipais que queiram enfrentar desigualdades raciais entre jovens devem articular-se com programas federais e nacionais, mas adaptá-los ao território e ao cotidiano desses jovens. É nesse sentido que o projeto “Os pivetes como futuro do trabalho” propõem ressignificar o termo, reivindicando para esses jovens o direito de sonhar, de escolher e de transformar o mundo ao seu redor.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 12. ed., v. 2. Brasília: UnB, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia: a “juventude” é apenas uma palavra*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Desigualdade racial persiste no mercado de trabalho brasileiro. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/desigualdade-racial-persiste-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 18, p. 5-15, 2001.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. 1952.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes – Volume 1: O legado da “raça branca”*. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, D. G. et al. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens: análise para o período 2004-2015. *Ecos – Revista de Ciências Sociais*, 2021.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: a juventude negra brasileira e a questão do desemprego*. 2020.

IBGE. Brasil tem 10,9 milhões de jovens que não estudam, nem trabalham. *Agência IBGE de Notícias*, 2023.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a formação da classe operária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

RACIONAIS MC’S. *Capítulo 4, Versículo 3*. Edi Rock, Ice Blue, Mano Brown. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. CD. Faixa 3 (8:06min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2LQSFLTiwS8>. Acesso em: 30 out. 2024.

RACIONAIS MC’S. *Vida Loka Pt. 1*. Mano Brown. *Nada como um Dia após o Outro Dia*. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. CD. Faixa 4 (8:06min). Disponível em: <https://youtu.be/IL1epaZCTmk?si=14C0MPH21ociBHxL>. Acesso em: 30 out. 2024.

SANTOS, Sandra Seabra Moreira. Em 22 anos, população com ensino superior cresceu 2,7 vezes. *Revista Ensino Superior*, 28 fev. 2025. Disponível em:



<https://revistaensinosuperior.com.br/2025/02/28/em-22-anos-populacao-com-ensino-superior-cresceu-27-vezes/>. Acesso em: 24 set. 2025.

UOL EDUCAÇÃO. Jovens fora da escola: IBGE aponta aumento no número de adolescentes sem matrícula. UOL, São Paulo, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/03/22/jovens-fora-da-escola-ibge.htm>. Acesso em: 24 set. 2025.